

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À EXECUÇÃO FISCAL.....	31
1. A Execução Fiscal como instrumento arrecadatário.....	31
2. Caráter social da execução fiscal. Princípios da igualdade e da livre concorrência	35
COMENTÁRIOS À LEI DE EXECUÇÃO FISCAL.....	43
Art. 1º	43
1. Lei de Execução Fiscal (LEF) como único instrumento processual para recuperar judicialmente a dívida ativa administrada por entes públicos	43
2. Legitimação para propor execução fiscal.....	47
3. Microsistema de execução fiscal.....	54
3.1 Caráter protetivo da LEF e a aplicação da Teoria do Diálogo das Fontes	59
3.1.1 O NCPC.....	59
3.1.2 O diálogo das fontes	60
3.1.3. As leis especiais protetivas e o diálogo das fontes.....	62
Art. 2º	64
1. O Crédito fiscal: crédito tributário e crédito não tributário	64
1.1 O Crédito Tributário	65
1.2 O Crédito Não Tributário	66
2. Efeitos da inscrição em dívida ativa.....	67
§ 1º	69
1. Controle de Legalidade do Crédito	70
2. Débitos de Pequeno Valor	72
3. Indisponibilidade do Crédito Público.....	77
4. Créditos que são inscritos em dívida ativa da união.....	79
4.1 Créditos Tributários.....	79
4.2 Créditos na sistemática do Simples Nacional	80
4.3 Créditos não tributários.....	84
4.3.1 Multas criminais.....	84
4.3.2. Multas eleitorais.....	87
4.3.3. Multas trabalhistas.....	91
4.3.4. Créditos da SPU.....	93
4.3.5. Créditos rurais	93
4.3.6. FGTS e a contribuição social da LC nº 110.....	94

4.3.7. Créditos que não são inscritos em dívida ativa da União	96
§ 2º	99
1. SELIC	99
2. Multas	101
3. Encargo legal	106
§ 3º	109
§ 4º	112
§ 5º	114
I	114
II	115
III	117
IV	117
V	117
VI	117
§ 6º	118
§ 7º	119
§ 8º	120
§ 9º	126
Art. 3º	137
Parágrafo único	137
1. Noções gerais	137
Art. 4º	141
1. Noções gerais. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	141
2. Execução fiscal contra a fazenda pública	147
I	147
II	148
III	149
IV	152
V	152
1. Inclusão na CDA, quando do ajuizamento.....	152
2. Redirecionamento da execução fiscal.....	154
VI	176
1. Sucessão em matéria tributária.....	177
2. Sucessão no caso de débitos do FGTS.....	182
3. Sucessão para os demais créditos não tributários	183
§ 1º	183
§ 2º	185
§ 3º	188
§ 4º	189
Art. 5º	195
1. Competência para julgar a execução fiscal.....	195
2. Fim da delegação da competência à justiça comum para as execuções fiscais federais.....	196

3. Competência para execução fiscal de multas trabalhistas	199
4. Competência para execução fiscal de multas eleitorais	200
5. Competência para execução fiscal contra a fazenda pública	200
6. Múltiplas possibilidades de competência no CPC	202
7. Competência na medida cautelar fiscal	202
8. Competência territorial e material	202
9. Conexão	203
10. Exclusividade do juízo da execução fiscal	204
Art. 6º	206
I	208
II	208
III	209
§ 1º	209
§ 2º	209
§ 3º	210
§ 4º	210
Art. 7º	217
1. Consequências do despacho que defere a inicial no processo executivo fiscal...	217
2. Fixação de honorários advocatícios	219
3. Averbação premonitória	219
I	220
1. Conceito, natureza jurídica e efeitos	220
2. Citação na Execução Fiscal	221
2.1. Ausência de citação pessoal na execução fiscal	222
II	222
1. Formas de garantir a execução	222
III	222
1. Conceito e natureza jurídica	223
2. Citação editalícia na LEF independe da realização de arresto	223
3. Arresto antes da citação	224
IV	228
1. Finalidade do registro da penhora nas execuções fiscais de dívidas não tributárias	228
2. Finalidade do registro da penhora nas execuções fiscais de dívidas tributárias...	228
3. Averbação pré-executória	231
4. Termo de penhora	238
V	238
1. Avaliação dos bens	238
Art. 8º	240
1. Modalidades de citação previstas na LEF	240
2. Há possibilidade de citação por hora certa na execução fiscal?	240
I	241

II.....	241
1. Citação postal é regra na execução fiscal	241
2. Recebimento da carta por pessoa diversa da executada	242
3. Citação por mandado. Zona Metropolitana.....	243
III.....	244
IV	244
1. Citação por edital na execução fiscal.....	244
2. Citação por edital e nomeação de curador especial	245
§ 1º	246
1. Executado domiciliado no exterior	246
§ 2º	247
1. Marco interruptivo da prescrição na execução fiscal	247
Art. 9º	251
1. Integralidade do depósito	251
I.....	252
II.....	252
1. Fiança bancária	252
2. Seguro Garantia.....	255
III.....	258
1. Dever de cooperação do executado	258
2. Direito da Fazenda Pública em recusar bem nomeado em desacordo com a ordem legal	259
IV	260
§ 1º	260
§ 2º	261
§ 3º	261
§ 4º	262
§ 5º	263
§ 6º	265
Art. 10.....	265
1. Conceito de penhora.....	265
2. Conversão do arresto em penhora	266
3. Procedimento da penhora	266
4. Efeitos.....	266
4.1. Certidão Positiva com Efeito de Negativa.....	267
Art. 11.....	270
1. Penhora e indisponibilidade de bens.....	270
2. Faculdade de indicar bens à penhora	271
3. Penhora em execução fiscal contra a Fazenda Pública?.....	276
4. Ordem de preferência no CPC	277
I.....	284
II.....	295
III.....	297

IV	298
V	304
VI	304
VII	306
VIII	308
1. Penhora de direitos e ações.....	308
2. Outros tipos de penhora.....	312
2.1. Da penhora de percentual de faturamento de empresa	312
2.2. Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	313
2.3. Penhora sobre bens móveis vinculados ao exercício da profissão	314
§ 1º	314
§ 2º	318
§ 3º	318
Art. 12	323
§ 1º	323
§ 2º	323
§ 3º	323
1. Intimação da penhora ao executado	323
Art. 13	327
§ 1º	327
§ 2º	327
§ 3º	327
1. Termo e auto de penhora. Impugnação à avaliação	327
Art. 14	330
I	330
II	330
III	330
1. Comunicação e registro do termo ou do auto de penhora.....	330
Art. 15	333
I	333
1. Substituição de bens e anuência do exequente	333
II	336
1. Substituição realizada pelo exequente	336
2. Penhora insuficiente. O Reforço de penhora pode ocorrer de ofício?.....	336
3. Reforço ou substituição de penhora reabre prazo para propositura de embargos?.....	337
Art. 16	342
1. A defesa do executado na execução fiscal.....	342
2. A exceção de pré-executividade	342
3. Procedimento dos embargos à execução fiscal	345
4. Efeitos	348
4.1. Efeito suspensivo	348
4.2. Efeito suspensivo pode ser atribuído <i>ex officio</i> ?	349

5. Parcelamento do crédito no CPC	350
I	351
II	351
III	351
1. Termo inicial para propositura de embargos.....	351
§ 1º	352
1. Impossibilidade de oferecimento de embargos sem prévia garantia do juízo.....	352
2. Insuficiência da penhora e admissibilidade dos embargos	354
3. Embargos à execução opostos por curador especial. Dispensa do oferecimento de garantia	355
4. Embargante beneficiário da justiça gratuita	355
§ 2º	358
§ 3º	359
1. Possibilidade de arguição de compensação como matéria de defesa nas execuções fiscais.....	359
Art. 17	374
Parágrafo único	374
1. Da impugnação	374
Art. 18	376
1. Possibilidades para a fazenda pública se não forem ofertados embargos.....	376
Art. 19	377
I	377
1. Execução da garantia prestada por terceiro	377
II	377
Art. 20	377
Parágrafo único	378
1. Embargos e execução por carta.....	378
2. Da competência em função da matéria dos embargos.....	378
3. Da natureza da decisão que recebe os embargos. Incompetência do juízo deprecado para receber os embargos	379
Art. 21	381
1. Alienação antecipada	381
Art. 22	384
1. Última etapa da expropriação de bens.....	384
2. Carta de arrematação	385
3. Arrematação por preço vil	387
4. Desfazimento da arrematação	387
5. Efeitos da arrematação	388
§ 1º	393
§ 2º	393
Art. 23	398
1. Etapas da alienação de bens penhorados	398

2. Alienação por iniciativa particular	398
3. Procedimento	400
4. Leilão Público	400
5. Leilão eletrônico.....	401
6. Leilão nas execuções fiscais federais (Lei 8.212/1991).....	402
§ 1º	405
§ 2º	405
Art. 24.....	410
I.....	410
II.....	410
a).....	410
b)	410
Parágrafo único	410
1. Adjudicação	410
2. Uso do CPC e da Lei 8.212/1991 como normas suplementares	411
3. Adjudicação nas execuções fiscais federais	414
Art. 25.....	416
Parágrafo único	416
Art. 26.....	420
1. Da natureza da decisão de primeira instância.....	420
2. Condenação em Honorários	421
3. Duplo grau de jurisdição obrigatório	423
Art. 27.....	427
Parágrafo único	427
1. Publicações dos atos processuais	427
Art. 28.....	429
Parágrafo único	429
1. Requisitos para a reunião de processos	429
Art. 29.....	431
Parágrafo único	432
I.....	432
II.....	432
III.....	432
1. Aplicação a créditos tributários e não tributários	432
2. Concurso entre as Fazendas Públicas	433
Art. 30.....	437
1. Universalidade Da Responsabilidade Patrimonial.....	437
2. Da impenhorabilidade de bens.....	438
3. Impenhorabilidade do bem de família.....	439
3.1. Único imóvel familiar locado a terceiros.....	439
3.2. Imóvel pertencente a pessoa solteira.....	439

4. É possível a penhora de estabelecimento comercial da empresa executada?	440
Art. 31	444
Art. 32	449
1. Depósito judicial.....	449
I.....	455
II.....	455
§ 1º	456
§ 2º	457
Art. 33	459
Art. 34	460
§ 1º	460
§ 2º	460
§ 3º	460
Art. 35	466
1. Dispensa de revisor nas apelações	466
Art. 36	466
1. Poder para regulamentar o pagamento da dívida ativa.....	466
Art. 37	467
Parágrafo único	467
1. A responsabilidade do oficial de justiça	467
Art. 38	469
1. limitação da defesa na execução fiscal	469
2. Mandado de segurança.....	470
3. Ação anulatória e ação declaratória	471
4. Ação de repetição de indébito.....	472
Parágrafo único	480
Art. 39	483
Parágrafo único	483
1. Isenção. Emolumentos cartorários	483
2. Isenção. Atos judiciais	485
3. Ressarcimento de custas.....	486
Art. 40	488
1. Condições para o arquivamento da execução fiscal	488
2. Prazo da prescrição intercorrente. A nova sistemática adotada pelo STJ	490
3. Limites da nova sistemática de contagem da prescrição intercorrente	498
4. Casos especiais.....	499
4.1. Parcelamento	499
4.2. Prazo de prescrição para multas administrativas	499
4.3. Prazo de prescrição para multas penais	500
4.4. A suspensão da prescrição do art. 2º, § 3º da LEF	505
5. Reconhecimento de ofício pela Fazenda Pública.....	506
6. Abrangência do art. 40.....	508

7. FGTS e prescrição	509
§ 1º	510
§ 2º	511
§ 3º	512
§ 4º	513
1. Necessidade de intimação da Fazenda Pública	513
2. Prescrição para fins de redirecionamento	514
2.1. Multiplicidade de prazos.....	514
2.2. Teoria da actio nata	516
2.3. Unidade ou unidimensionalidade do prazo prescricional	517
3. O posicionamento consolidado do STJ	525
§ 5º	531
Art. 41	536
Parágrafo único	537
1. Sobre a manutenção do processo administrativo fiscal	537
2. Outros processos administrativos.....	537
3. A consulta ao processo administrativo na repartição. Solicitação de cópias.....	538
4. Juntada do processo administrativo fiscal aos autos judiciais	538
Art. 42	540
A RECUPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DE CRÉDITOS	541
1. Estratégias de recuperação administrativa de crédito.....	541
1.1. Panorama atual da recuperação judicial de créditos	541
1.2. Recuperação administrativa de créditos.....	544
2. Regime diferenciado de cobrança de créditos.....	547
3. A securitização dos débitos inscritos em dívida ativa	551
4. Medidas administrativas pré-ajuizamento.....	558
4.1. Cobrança administrativa	558
4.2. Ajuizamento seletivo.....	563
4.3. Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade – PARR	565
4.4. Oferta de garantia antecipada	568
4.5. Averbação Pré-Executória	570
4.6. Negócio jurídico processual.....	571
4.7. Protesto da CDA.....	572
4.8. Controle de legalidade: defesa administrativa do contribuinte e redução de litigiosidade.....	576
COMENTÁRIOS À LEI DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL	583
Art. 1º	583
1. Medida cautelar fiscal. Noções gerais	583
2. Fundamentos da Medida Cautelar Fiscal.....	585
3. Legitimidade ativa	586

4. Espécies de medidas cautelares fiscais.....	587
Parágrafo único	588
1. Medida Cautelar fiscal sem crédito constituído	588
2. Taxatividade.....	589
3. Ônus da prova	589
4. Créditos suspensos.....	590
Art. 2º	591
1. Crédito fiscal. Polo passivo.....	592
2. Medida Cautelar Fiscal contra a Fazenda Pública.....	592
3. Autonomia das hipóteses de cabimento	593
I.....	595
II.....	597
III.....	598
IV	599
V	600
a).....	601
b)	601
VI	602
VII	604
VIII	605
IX	606
Art. 3º	608
1. Necessidade de concessão da liminar	608
2. Recurso cabível.....	609
3. Requisitos para concessão da liminar	609
I.....	609
II.....	610
Art. 4º	612
1. Efeitos da decretação da medida cautelar fiscal	612
2. Limites	612
§ 1º	613
a)	613
b)	613
1. Do ativo permanente	613
2. Corresponsabilidade na Medida Cautelar Fiscal.....	617
§ 2º	619
1. Fraude contra o crédito da fazenda pública	619
§ 3º	621
1. Dever de comunicação da indisponibilidade	621
Art. 5º	621
Parágrafo único	621
1. Competência. Noções gerais.....	621
2. Casos específicos.....	622

Art. 6º	627
I	627
II	627
III	627
IV	627
1. Necessidade de fundamentação da petição inicial	627
2. Elementos da petição inicial	628
3. Redirecionamento	629
4. Aplicação do CPC.....	629
5. Valor da causa	629
6. Indicação de bens	630
Art. 7º	633
Parágrafo único	633
1. Concessão da liminar	633
Art. 8º	634
Parágrafo único	634
a)	634
b)	634
1. Citação.....	634
2. Elementos da contestação	635
Art. 9º	635
Parágrafo único	635
1. Revelia	636
2. Intimação para conciliação ou mediação.....	636
Art. 10.	637
Parágrafo único	637
1. Substituição da medida cautelar fiscal por garantia.....	637
Art. 11	639
1. Prazo para propor medida cautelar fiscal preparatória.....	640
2. Tratamento no CPC	640
3. Natureza do prazo.....	641
4. Início do prazo relacionado à irrecorribilidade administrativa	644
5. Prazo em dobro.....	644
Art. 12	645
Parágrafo único	645
1. Pendência da Eficácia	645
2. Revogação da Medida cautelar fiscal.....	645
3. Revogação parcial e deslocamento da medida cautelar fiscal	648
4. Modificação da medida cautelar fiscal	649
5. Eficácia na suspensão do crédito fiscal.....	649
Art. 13	650
1. Cessação da eficácia da medida cautelar fiscal	650

I.....	650
II.....	650
III.....	651
IV	652
Parágrafo único	652
Art. 14.....	653
1. Apensamento da ação cautelar	653
Art. 15.....	654
1. Efeitos, na execução fiscal, do indeferimento da medida cautelar fiscal.....	654
2. Indeferimento em razão de causa extintiva	655
3. Influência no julgamento da execução fiscal	655
Art. 16.....	656
1. Coisa julgada na medida cautelar fiscal e efeitos na execução fiscal.....	656
Art. 17.....	656
1. Apelação na medida cautelar fiscal	657
2. Efeito suspensivo.....	657
3. Condenação em honorários advocatícios	658
Art. 18.....	659
1. Extensão da lei da medida cautelar fiscal às contribuições sociais	659
2. Abrangência da aplicação da Lei 8.397/1992	659
Art. 19.....	660
1. Sistema de execução fiscal	660
Art. 20.....	660
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	669
APÊNDICE.....	675